

# ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UMA REFLEXÃO SOBRE TEORIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA<sup>1</sup>

---

**GILMARQUES LOPES GOMES**

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Ensino (MPLE) da Universidade Federal da Paraíba, gillosesq@gmail.com

1 Artigo desenvolvido na disciplina de Linguística Aplicada e Ensino, no Programa de Mestrado em Linguística e Ensino da UFPB, sob orientação do Prof. Drº Henrique Miguel de Lima Silva, UFPB, henrique.miguel.91@gmail.com

## RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa aplicada junto à docentes do ciclo de alfabetização do município de Barra de Santa Rosa, Pb. A fim de refletir acerca das concepções de alfabetização e letramento, assim como o reflexo destas em seu fazer pedagógico. Também nos propomos a discutir os equívocos ocorridos acerca do que se entende por alfabetização e letramento. O objetivo central do artigo foi investigar se as professoras pesquisadas concebem a alfabetização e o letramento como linguagens interdependentes e indissociáveis. Como suporte teórico nos amparamos nas reflexões acerca de letramento nas ideias de Soares (2001, 2006, 2021a, 2021b), Rojo (2012,2019), Kleiman (2008). No que se refere às questões de prática pedagógica recorreremos a Nóvoa (2011), Tardif (2000). Por se tratar de um estudo interpretativista de abordagem quanti-qualitativa, nos amparamos em Gil (2019). Os resultados evidenciaram que as docentes colaboradoras, apresentam equívocos na compreensão dos conceitos de alfabetização e letramento, entendendo-os como sinônimos; mostraram também que em sua maioria as professoras confundem um ensino na perspectiva do letramento com um ensino tradicional; quase metade delas não concebem que o letramento está em função de sociedade grafocêntrica. As reflexões advindas dos resultados, colaboram para o alargamento dos debates sobre a relação que há entre a teoria e o fazer docente. Trata-se de uma pesquisa com abordagem quanti-qualitativa, que teve como ferramenta de coleta de dados um questionário semiestruturado on-line, no GOOGLE FORMS, respondido por cerca de 86,66% dos docentes pesquisados.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Letramento; Prática docente; Resignificação.

## INTRODUÇÃO

A alfabetização e o fazer docente dos professores alfabetizadores, foi e continuará sendo alvo de inesgotáveis discussões. O professor que ensina ler e escrever, além dos recorrentes problemas de aprendizagem dos alunos, lida com inumeráveis entraves na concretização de sua prática. Inserido nesse contexto, reside o equívoco acerca da conceituação de alfabetização e letramento são entendidos como dicotômicos e concorrentes por muitos docentes, concepção esta que impede o desenvolvimento de uma práxis com resultados emancipatórios.

Uma constatação interessante entre as muitas pesquisas e estudos acerca de letramento e alfabetização, através de algumas consultas sobre o tema, realizadas em sites especializados como CAPES, SCIELO e o GOOGLE ACADÊMICO, é a reincidência de concepções acerca do fazer docente, do aluno como sujeito de uma práxis, do quão importante é a mediação, dos instrumentos didáticos, dos recursos, dos saberes docentes e do currículo, porém não apontam para como o professor processa esses conceitos e os coloca em sua práxis.

Nesse sentido, as incertezas que envolvem estes aspectos conceituais se mostram preocupantes e, inevitavelmente nos apontam para mais uma questão consideravelmente importante: de que forma professores alfabetizadores respaldam suas práticas docentes em meio as imprecisões conceituais? Assim o foco de nossa discussão se dirige para as implicações entre a relação do que seja letramento/alfabetização e como esses saberes respingam o fazer docente.

Diante desse cenário, este artigo pretende fomentar subsídios para a ampliação dos debates acerca da práxis pedagógica, visando a busca do entendimento para a seguinte indagação: de que forma o entendimento teórico acerca de alfabetização e letramento está refletido no exercício pedagógico dos professores alfabetizadores, de escolas urbanas, em Barra de Santa Rosa, no estado da Paraíba? Nesse sentido, objetivamos investigar se estes professores concebem a alfabetização e o letramento como linguagens interdependentes e indissociáveis.

Nessa perspectiva, as discussões sobre alfabetização e letramento estão amparadas nos saberes teóricos de Soares (2001, 2006, 2021a, 2021b), Rojo (2012, 2019), Kleiman (2008). No que se refere às questões de prática pedagógica recorreremos a Nóvoa (2011), Tardif (2000). Por se tratar de um

estudo interpretativista de abordagem quanti-qualitativa, nos amparamos em Gil (2019).

Como ferramenta para coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado on-line, disponibilizado na plataforma do *Google Forms*. Como colaboradoras do estudo, tivemos um grupo composto por 13 professoras, de um total de 15. Todas elas do ciclo de alfabetização, de escolas da zona urbana, da rede pública municipal de ensino.

De início, apontamos uma discussão acerca dos conceitos de alfabetização e letramento, suas aproximações, distanciamentos e sua relação com a práxis pedagógica. Seguidas de reflexões acerca do fazer docente, tangenciando a formação continuada do professor. Tendo em vista as informações coletadas, foram abordados os dados, considerando a questão norteadora. Alguns excertos serviram de ilustração para algumas percepções. Nesse sentido encerram o artigo as considerações finais.

## METODOLOGIA

O método qualitativo/quantitativo inicia o percurso metodológico deste estudo, uma vez que propõe uma análise mais profunda, pois a combinação destes métodos são complementares e expressam dimensões distintas de um mesmo fenômeno estudado. É o que afirmam Creswell e Clark (2007), conforme citados por Souza e Kerbauy (2017, p.34-35) ao dizerem as abordagens combinadas podem viabilizar olhares distintos, assegurando um entendimento mais abrangente do problema observado.

De acordo com Gil (2019), a metodologia quantitativa permite mensurar e conhecer os pressupostos teóricos, idade, gênero das professoras investigadas. Já o método qualitativo de investigação, subjaz às relações compreendidas como construções humanas. Ainda de acordo ao autor, a investigação qualitativa contribui por apresentar referências abundantes, além de oportunizar a exposição dos aspectos subjetivos do pesquisador, assim como seus colaboradores no desenvolvimento da pesquisa, explicando de forma mais holística, a complexidade da realidade.

A pesquisa desenvolveu-se numa abordagem interpretativista, cujo paradigma é entender a realidade investigada sob a ótica dos atores, em um nível de experiência subjetiva. Segundo Creswell e Clark (2007), conforme citados por Souza e Kerbauy (2017, p.34-35), esta realidade é o resultado de um processo conjunto experienciado pesquisador e colaborador. A instrumentalização selecionada para coletar dados, foi um questionário

semiestruturado, aplicado pela plataforma Google Meet que segundo Gil (2019), se configura como um método investigativo formado por um conjunto de questões submetidas aos parceiros na intenção da obtenção de informações que dizem respeito aos saberes, às crenças, aos sentimentos, aos valores, aos interesses etc.

Ainda segundo o autor, esta ferramenta apresenta uma série de vantagens, pois além de garantir o anonimato das respostas permitindo que as pessoas o respondam quando julgarem conveniente sem que as exponha à influência das opiniões do entrevistador. A escolha das questões se limita a fatores objetivos como a natureza da informação desejada e a relação desta junto ao problema pesquisado.

Portanto, o questionário on-line, inserido e aplicado através da plataforma Google Meet, foi estruturado com 16 questões que interrogavam desde a idade, passando pela formação, pelo grau de satisfação das docentes junto à profissão, além de questionamentos mais específicos, voltados para a conceituação de alfabetização e letramento e sua aplicabilidade.

No contexto pandêmico atual, causado pelo novo coronavírus (*Coronavirus Disease – COVID-19*), a realização de pesquisas, também precisa se adaptar a novas condições enquanto a pandemia perdurar. Nesse sentido, as pesquisas on-line emergem no ciberespaço como recurso para minimizar esse transtorno. De acordo com Gil (2019), para utilizar a pesquisa on-line, é necessário considerar seus aspectos. Dentre eles está a praticidade de levantar dados sem necessidade de deslocamentos presenciais e com custos reduzidos, além da flexibilidade de fazer perguntas diferentes com base nas respostas anteriores, enriquecendo o design do questionário de pesquisa.

Como colaboradoras da pesquisa, tivemos o grupo de professoras do Ciclo de Alfabetização da zona urbana, pertencentes a rede municipal de ensino, de Barra de Santa Rosa, Paraíba. Este recorte se deu, mediante a inquietação de que os alunos desse segmento, chegam ao 4º e 5º anos, sem as habilidades mínimas de leitura e escrita desenvolvidas. Nesse sentido foi contactada a Secretaria de Educação Municipal que autorizou o contato com estas professoras, que por meio dos grupos de Whatsapp, foi explicado o que estava sendo pesquisado, assim como procedimento e realização da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa ocorreu entre os dias 14 e 18 de abril do ano em curso e foram entrevistadas 13 professoras, de um total de 15, ou seja, cerca de

86,66%. Todas elas atuam nas turmas de 1º a 3º anos do ensino fundamental I, em escolas da zona urbana. Podemos perceber no Brasil, a profissão docente ainda está associada à questão de gênero e que nestes seguimentos de ensino. Fato apontado pelo INEP no censo escolar de 2020 ao divulgar que 96% dos docentes atuantes na educação infantil são mulheres, assim como 88%, atuam no ensino fundamental I e II.

Com relação a idade das entrevistadas, tivemos apenas 12 respondentes. Observamos que cerca de 50%, destas estão com idade compreendida entre 35 e 40 anos, 33,3% está acima de 46 anos e 16,7% está entre 26 e 35 anos. Quanto ao tempo de docência, os dados coletados apontaram que cerca de 92,3%, estão em sala de aula a mais de onze anos, enquanto 7,7%, está em exercício docente entre 6 e 10 anos. Fato que lhes confere experiência e comprova sua capacidade opinativa.

Perguntadas sobre a carreira no magistério ser sua primeira opção profissional, onze das entrevistadas disseram que sim, o que corresponde a 84,6% do total. Entretanto duas delas, disseram que não, o que corresponde a 15,4% do total. Ao falarem de sua satisfação frente ao exercício da profissão, apenas quatro se reconhecem como muito satisfeitas, oito se apresentam como satisfeitas e apenas uma se diz pouco satisfeita. Nesse sentido, parafraseando Alves (1997), compreendemos que o contentamento atrelado à carreira no magistério talvez esteja vinculado a fatores internos como sentimentos, emoções e experiências ou extrínsecos como as condições de trabalho, reconhecimento, oportunidades.

Em relação ao nível de escolaridade das profissionais entrevistadas, observamos que 76,9% são especialistas e 23,1% possuem apenas a graduação. O grau de formação das docentes endossa ainda mais o contexto da pesquisa, pois, em tese, quanto maior o seu nível de conhecimento teórico/técnico, maiores serão as suas qualificações para determinadas funções. A fim de entendermos um pouco mais sobre o percurso formativo das docentes pesquisadas, buscamos saber em que tipo de instituição ocorreu sua formação inicial. Os resultados apontaram que cerca de 69,2% estudaram na universidade pública, enquanto 30,8% cursaram sua graduação em universidade particular.

Perguntadas se ao término de suas formações iniciais, estavam preparadas para lecionar, 53,8% se consideraram prontas, 38,5% que não e 7,7% que talvez estivesse. No entanto, quando perguntadas se os conteúdos abordados no percurso formativo inicial, lhes ferramentou para a carreira docente, 69,2% alegaram que sim, 15,4% que não e 15,4% que não lembram.

Nesse sentido notamos uma discrepância nas respostas dadas. Os conteúdos são parte essenciais de quaisquer processos formativos de quaisquer profissionais. Portanto é contraditório afirmar não sair preparado de um curso e em seguida afirmar que os conteúdos vistos, foram significativos para sua formação. Colocando essa observação em números, pelo menos 46,2% das docentes apresentaram respostas confusas, considerando os itens abordados.

Sobre a proposta, Gatti (2016) em entrevista à Revista Época, diz que a problemática envolvendo o processo formativo dos profissionais da educação, tem início na faculdade. Os professores dos cursos de pedagogia, assim como das licenciaturas não conseguem preparar os futuros docentes a ponto de deixá-los prontos para o exercício de sala de aula. Segundo a autora, isso ocorre porque eles próprios não sabem como fazer isso.

Porque, ainda considerando as ideias da autora, as universidades públicas falham ao ofertar um ensino disciplinar em que futuros docentes não conseguem associar teoria à prática, pois este é um movimento de interdisciplinaridade, considerado difícil, inclusive para os professores doutores que estão nessas universidades, pois a formação deles não é interdisciplinar. Também os particulares, segundo ela, formam professores em cursos encurtados e, o aluno que passa por esse tipo de faculdade sai com precárias condições para adentrar numa sala de aula, especialmente para trabalhar com alfabetização.

Também Soares (2021b) afirma que infelizmente os cursos que formam alfabetizadores despreparados para a compreensão do processo de aprendizagem inicial da língua escrita pela criança. De acordo a autora a política prioritária na área da alfabetização deveria ser a formação de professores para a educação infantil e as séries iniciais, para que dominem as teorias e as práticas que os orientem à introdução da criança ao mundo da escrita – alfabetização e letramento.

Parafraseando a autora, seria fundamental que professor alfabetizador se apropriasse do complexo e multifacetado processo de aprendizagem da língua escrita pela criança, de modo a orientar adequadamente sua aprendizagem. Assim de acordo a autora, não se trata de optar por um método de alfabetização, mas de alfabetizar a partir dele. Compreendendo seu processo para saber como agir e como intervir na aprendizagem da criança.

Partindo das concepções de Gatti (2016), entendemos que o processo formativo do professor exige mais que técnica e teoria. Aprendemos ser professores de fato, no chão da sala de aula, mas isso a faculdade não ensina.

Portanto, imbuídos desse entendimento, refletimos sobre seu conhecimento teórico/específico das docentes pesquisadas acerca do que seja letramento e alfabetização. Tendo em vista a complexidade de tais conceitos, nos chamou a atenção o fato de 100% delas, afirmam saber a diferenciação entre estes conceitos.

A fim de confirmar tal afirmação, declaramos propositalmente que *letramento e alfabetização são palavras sinônimas, sendo que o letramento é uma nova nomenclatura para alfabetização*. Ao observar os resultados, 61,5% confirmam a incorrência da propositura, 30,8% afirmam ser verdade e 7,7% não sabe opinar. Nesse sentido observamos que uma significativa porcentagem das docentes está equivocada com relação ao conceito de letramento e alfabetização.

Para Soares (2021a), “verifica-se uma progressiva, porém cautelosa, extensão do conceito de alfabetização em direção ao conceito de letramento: do saber ler e escrever ao ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita.” E esse saber prático, está ancorado no saber teórico. Conhecimento que ele não pode se furtar em ter. Recorrendo a Freire (1997), estamos defendendo uma práxis amparada na ação e reflexão e ação. Desse modo entendemos que um professor ao decidir ser alfabetizador, subjaz que ele tenha noção do quão importante é sua escolha. Ademias, ao ensinar ele media o contato da criança com leitura e a escrita, ensinando-a a entender e compreender o mundo a sua volta.

Entendendo o letramento, na perspectiva de Soares (2021a), como um conceito complexo e diversificado, tendo em vista que as práticas sociais são heterogêneas as práticas sociais que envolvem a escrita, e entendendo a perspectiva de Kleiman (2008) ao salientar que escola ainda é a principal agência de letramento, mas não é o único espaço legitimado para formação de práticas sociais de leitura e escrita, e nesse sentido, precisam ser consideradas outras agências de letramentos presentes na sociedade, *segui-mos abordando o letramento como um fenômeno maior que a alfabetização. Entretanto, afirmamos que é apenas na escola que a criança vai aprender a ser letrada*.

Considerando os resultados, percebemos que 76,9% concordam que há outras agências para o letramento, enquanto 25,1% das professoras entrevistadas, erroneamente entendem que a escola se configura como única agência de letramento. Indo ao encontro do ideário freiriano, cujo método de alfabetização parte das experiências de vida, através de palavras presentes na realidade dos alunos, que são decodificadas para a aquisição da palavra

escrita e da compreensão do mundo. Como disse Freire (1997), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, dessa forma, a leitura das palavras na escolarização, ou de sua escrita, de nada implicaria na leitura da realidade.

Concordando com as professoras, para Soares (2006), consideramos como agências de letramento, todas as instituições de uma sociedade globalizada e tecnológica, que engloba uma grande variedade de modos discursivos e uma variedade de gêneros textuais e práticas de leitura. Nesse sentido consideramos que quaisquer contextos de inserção dos alunos, podem ser considerados como agências para o letramento. Contudo, interessante destacar que no espaço escolar, o professor de língua materna não é o único agente de letramento, professores de diferentes áreas devem proporcionar aos seus alunos oportunidades para que expressem coisas significativas.

Seguindo o entender de Kleiman (2008), que as atividades envolvendo o uso da língua, objetivando o uso de saberes, tecnologias e competências necessárias para sua realização, são consideradas como práticas de letramento. Assim, *entendemos que esses saberes também podem ser, como já dito, construídos fora do ambiente escolar, pois toda comunicação humana é passada pela linguagem*. Observando os resultados, 92,3% das entrevistadas, entendem que o sentido de letramento é plural e que estes constroem-se também, fora do ambiente escolar. Em detrimento de 7,7%, que tem entendimento contrário.

Na verdade, para Soares (2021b) essa necessidade de pluralização da palavra letramento, assim como dos fenômenos que ela designa, passou a ser reconhecida ao nomear diferentes aspectos cognitivos, culturais e sociais em função ora da escrita ora das diferentes formas de interação com o mundo, através da comunicação visual, auditiva, espacial. Nesse construto, é que ocorre a reconfiguração dos espaços de escrita e de seus mecanismos de produção, reprodução e difusão, configurando-se como diferentes letramentos. Por sua vez ressignificam a condição dos sujeitos que fazem uso destas, em suas práticas diárias de leitura e de escrita. A autora reafirma que letramento é um fenômeno plural, tanto historicamente quanto contemporaneamente, ou seja, diferentes letramentos ao longo do tempo e diferentes letramentos no nosso tempo.

Para Soares (2006), dominar leitura e escrita, ou ser alfabetizado somente, não é suficiente, é necessário fazer uso dessas linguagens de forma competente, ser capaz de envolver-se com as práticas sociais de leitura e escrita para exercer sua cidadania com plenitude. Com base na autora

afirmamos que “*Vivemos em um mundo grafocêntrico onde as habilidades de ler e escrever são consideradas imprescindíveis para garantir a plena cidadania.*” De acordo aos resultados colhidos, 76,9% das entrevistadas, entendem que saber ler e escrever suscitam uma melhor interação social. Já 23,1% não compartilham desse entendimento.

Por meio de suas vivências, as crianças têm contato com a língua escrita antes mesmo de irem à escola. Seja visualizando placas nas estradas, vendo seus pais escreverem recados ou através dos cartazes pendurados no supermercado. Nesse sentido, Magda Soares (2012), aponta que o ideal seria alfabetizar letrando, isto é, ensinar a leitura e a escrita através do contexto das práticas sociais destas, de modo que o indivíduo se torne alfabetizado e letrado simultaneamente.

Cumpramos salientar que para Soares (2006), a alfabetização é parte constitutiva da prática de leitura e escrita e em hipótese alguma não pode ter seu significado reduzido ou posto de lado, ou seja, não deve ficar diluída no processo de letramento, tendo em vista que ela também é uma forma de letramento. Assim, cunhar um fazer pedagógico buscando a constituição de sujeitos letrados não quer dizer que haja um descuido do trabalho mais específico com a alfabetização.

Posto que os processos de alfabetização e letramento são complexos, mas fundamentais para a inclusão social, o ensino do código linguístico na perspectiva do letramento rompe barreiras tradicionais que engessam a práxis. Assim *ao hipotetizarmos uma prática pedagógica pelo viés do letramento, numa turma de alfabetização, sugerimos a análise dos procedimentos da professora em relação ao ensino do código linguístico.* Desse modo, intencionamos o entendimento teórico/metodológico das docentes investigadas em relação a prática da docente hipotética.

A prática sugerida para análise consta da seguinte situação: *a atividade desenvolvida constava no trabalho com a letra V. Para isso a professora escreveu na lousa, “Eva viu a uva”. Em seguida, pediu a cópia da frase no caderno e leu-a com eles. Após esse passo, os alunos pintaram todos os “Vs” da frase. Em seguida, treinaram a vocalização da letra e escreveram sua família silábica. Para finalizar a aula, pediu aos alunos que repetissem o treinamento do som “V” em casa e, decorar a família silábica, pois posteriormente aprenderiam o som do Z.*

De acordo aos resultados, 69,2% das nossas entrevistadas, concebem que a suposta docente está equivocada, pois o ensino do código linguístico na perspectiva do letramento não desconsidera os diversos sentidos sociais da leitura e da escrita. Para 23,1%, a metodologia utilizada está correta, pois

os alunos precisam adquirir a técnica da escrita para depois trabalhar o letramento. Já para 7,7% delas, o método está adequado, pois o som do V é fácil e uma aula é o suficiente para os alunos o aprenderem.

Quando observamos de forma mais ampla, vemos que 30,8% das professoras alfabetizadoras reais, confundem uma prática pedagógica dinâmica e passível de sucesso e para esse dizer, nos amparamos em Soares (2021b), ao apontar que alfabetizar na perspectiva do letramento é mais que priorizar a aquisição da tecnologia da escrita, de forma pragmática, é ensinar a ler e escrever “*de dentro*” da vivência onde a escrita e a leitura estejam inseridas, e façam parte da vida do aluno.

De acordo com Kalantzis (2020), essa concepção tradicional de ensino ou herança do processo de alfabetização tem muitos aspectos restritivos. Nesse contexto, o aprendizado da leitura, por exemplo, faz menção a significados que foram pensados, de maneira linear, pois nesse caso, o processo de alfabetização, compreende a relação fonema-grafema, onde a ação da escrita se configura apenas como a tradução dos sons para imagens simbólicas da escrita. Estas formas rígidas de ensino, produz estudantes complacentes. Nas palavras da autora, são indivíduos que aceitam o que lhes é imposto como correto e que passivamente apreendem um determinado tipo de conhecimento que não poderia ser aplicado com facilidade em contextos distintos.

Sabendo que toda prática pedagógica, subjaz uma ou mais teorias e que a relação entre elas está centrada no diálogo entre ambas, o professor precisa entender que para ensinar, ele deve entender sobre o que e como ensinar. Portanto, dentre as competências que sustentam uma práxis pedagógica, está a teórica. Contudo, não basta apenas saber teorizar, é necessário juntá-las. Nesse sentido, o embasamento teórico é essencial para compreender a realidade que ele está inserido e essa compreensão se dará mediante a prática em sala de aula, quando o profissional irá confirmar de fato como acontecem as relações de ensino aprendizagem na escola.

Posta em voga a necessidade do saber teórico por parte do professor, afirmamos, propositalmente, no percurso da pesquisa, *que a alfabetização é o desenvolvimento de competências e habilidades para o uso efetivo da língua portuguesa em práticas sociais*. Nosso intuito foi que as docentes entendessem que a afirmação está equivocada, porque segundo Tfouni (2010), ao processo de alfabetização confere a aquisição do código alfabético e a aplicação desse código, socialmente, é de competência do letramento.

Em se tratando de um estudo interpretativista, entendemos com base nos resultados das respostas dadas que apenas 15,38%, ou seja, duas das

docentes alfabetizadoras compreendem a conceituação de alfabetização, ao confirmarem que a alegação feita por nós estava errada. Entretanto, 86,62% das alfabetizadoras envolvidas no processo pesquisação, ao considerarem nossa asserção correta, demonstram incoerência em relação aos preceitos teóricos sobre alfabetização e letramento.

A compreensão dos pressupostos teóricos acerca de letramento e alfabetização, são fundamentais para que o professor alfabetizador fundamente sua práxis. É o que diz Assolini (2021), a formação continuada e permanente seria um dos caminhos promissores para que o educador, possa, diariamente, elevar e aprimorar seu nível de alfabetização e letramento, condição basilar para o exercício de sua profissão. Ainda acerca da discussão, Paulo Freire (1997) afirma que uma teoria não determina uma prática, contudo ela serve para mantê-la ao nosso alcance de forma a mediar e compreender de maneira crítica o tipo de práxis necessária em um ambiente específico, em um momento particular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um estudo interpretativista, o trato dos dados aqui expostos não parte de julgamentos ou observações levianas, uma vez que os resultados emergem da análise obtida através das respostas dadas pelas professoras inquiridas na pesquisa. Contudo são resultados colhidos em um recorte específico, histórico, social, econômico e pessoal, é impossível descrever a realidade com exata fidedignidade.

Sabendo dos estudos acerca das falhas na qualidade da formação inicial e da ausência de formações continuadas para os docentes. Como esperado, os resultados apontam lacunas significativas no conhecimento teórico acerca de alfabetização e letramento, por muitas vezes as professoras analisadas mostraram-se incoerentes ao diferenciar seus aspectos conceituais, o que as leva consequentemente a equívocos no nível metodológico de suas práxis.

É importante também, reafirmar que uma prática docente mediada pela melindrosa relação teórico-metodológica no Brasil, se trona complexa, devido a falhas na formação inicial e continuada dos profissionais docentes, incluindo a dos professores universitários. No entanto é necessário enfatizar que essa relação, se faz indispensável, tendo em vista que, de posse desses conhecimentos, ocorre a oferta de um ensino significativo aos alunos, pois tendo conexão e aplicação de metodologias é possível aprendizagem.

Também é importante salientar que um fazer pedagógico bem embasado, não se restringe apenas ao viés didático, da aquisição dos códigos da língua, por exemplo, mas deve priorizar também o aspecto social e político que estão presentes no chão da escola, como já afirmava Freire (1997), ao dizer que educar é uma relação interativa entre pessoas, na perspectiva de transformar realidades. É necessário que estejamos atentos às novas demandas que se instauram a cada dia na sociedade contemporânea.

Não estamos intencionalmente culpabilizando as profissionais envolvidas na reflexão, mas como já exposto, para chegamos uma solução eficaz à contradição que de estudar algo, na teoria de um jeito e ter a prática diferente, dependerá de um processo de total mobilização da sociedade, e uma constante luta dos profissionais da educação envolvidos, junto às autoridades legislativas e governantes, afim de que criem políticas públicas de incentivo à formação tanto inicial quanto continuada e de qualidade, além de currículos oriundos que valorizem as realidades diversas e que prova não a penas a igualdade, mas a equidade.

Salientamos também, através das palavras de Kalantzis (2020), que nenhuma mudança que possa transformar a cenário educacional, pode ser alcançada sem que haja uma ressignificação da profissão docente. No cenário atual, há uma demanda de aprendizes que enxergam o mundo de forma distinta daqueles de décadas atrás. Por exemplo, o uso das tecnologias de informação e comunicação, trouxeram novos sentidos e formas de interagir socialmente.

Ainda conforme a autora, é necessário que os docentes também revejam sua forma de interação com estes alunos, em vez de regurgitarem o conteúdo dos livros didáticos ou de cartilhas, deveriam criar condições nas quais seus aprendizes, possam aprender a ter responsabilidade sobre o próprio aprendizado, permanecendo como as fontes de conhecimento que já são, é preciso com certa urgência que os docentes assumam a condição de autoridade sem serem autoritários, sem estarem presos a manuais didáticos ou a planos de aula sem sentido para os alunos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, F.C. A (in)satisfação dos professores. In: Estrela MT, organizador. Viver e construir a profissão docente. Porto: Porto Editora; 1997. p. 81-116.

ASSOLINI, Filomena Elaine Paiva. Alfabetização e letramento: uma abordagem discursiva. IN: Revide; 2021. Disponível em: <https://www.revide.com.br/blog/elaine-assolini/alfabetizacao-e-letramento-uma-abordagem-discursiv/>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2020.

CUNHA, Viviane Gualter Peixoto da. et. al. Formação da identidade do professor no cenário das políticas locais de centralização curricular: limites e possibilidades. IN: Revista e-Curriculum, São Paulo, v.13, n.04, p. 683 – 710 out./dez.2015 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>

DOURADO, Luiz Fernandes. Formação de profissionais do magistério da educação básica: novas diretrizes e perspectivas. Comunicação & Educação. Ano XXI. Número 1, jan/jun, 2016. Disponível em: acesso 29/04/2021.

FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. Tradução Horácio Gonzales. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GATTI, Bernadete. Bernadete Gatti: “Nossas faculdades não sabem formar professores”. Entrevista concedida a Flávia Yuri Oshima. Revista Época. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/educacao/noticia/2016/11/bernardete-gatti-nossas-faculdades-nao-sabem-formar-professores.html>

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas da pesquisa social. 7ª edição, São Paulo, Atlas, 2019.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. v. 14. São Paulo: Cortez, 2011.

KLEIMAN, Ângela B. Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita. 10ª reimpressão. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2008.

KALANTZIS, Mary. Et al. Letramentos. Tradução: Peterson Pinheiro. Campinas, São Paulo: Editora da Unicap, 2020.

ROJO, Roxane Helena R. Letramentos, mídias e linguagens. São Paulo: Parábola editorial, 2019.

\_\_\_\_\_. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola editorial, 2012.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. Alfabetização: a questão dos métodos. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

\_\_\_\_\_. Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

\_\_\_\_\_. Letramento: um tema de três gêneros. 2ª ed., 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. IN: Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. ISSN 0102-6801. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/download/29099/21313/0>.

TARDIF, Maurice. Saberes Profissionais dos Professores e Conhecimentos Universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação. Nº 13. 2000.

TFOUNI, Leda Verdini. Letramento, escrita e leitura: questões contemporâneas. 1ª ed. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2010.

NÓVOA, Antônio. O Regresso dos Professores. Pinhais: Melo, 2011.